

Termo de Referência 23/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
23/2025	158155-INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO R.G.DO NORTE	FRANCISCA SIMONELY DE VASCONCELOS	14/05/2025 16:09 (v 11.0)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado com dedicação exclusiva de mão de obra	194/2025	23421.004629.2023-78

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

TERMO DE REFERÊNCIA
Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021
SERVIÇOS COM E SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA, OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA, EXCETO TIC
LICITAÇÃO
INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO R.G. DO NORTE
(Processo Administrativo nº 23421.004629.2023-78)

TERMO DE REFERÊNCIA

1.1. Contratação de serviços de transporte de servidores e discentes por meio de locação de veículos automotores, sob demanda, nos termos do Anexo I, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

GRUPO	ITEM	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	QUANTIDADE		
				R\$/KM	MENSAL	ANUAL	QUINQUENAL
	1	REITORIA	ÔNIBUS RODOVIÁRIO EXECUTIVO (com capacidade mínima de 48 passageiros), com franquia mínima de 100 km rodados.	R\$ 16,35	917	11004	55020
			MICRO-ÔNIBUS, DO TIPO				

GRUPO 1	2	LAJES	Van (com capacidade mínima de 15 passageiros), com franquias mínima de 100 km rodados.	R\$ 7,61	250	3000	15000
	3	LAJES	MICRO-ÔNIBUS (com capacidade mínima de 28 passageiros), com franquias mínima de 100 km rodados.	R\$ 13,31	319	3828	19140
	4	LAJES	ÔNIBUS URBANO/RURAL (com capacidade mínima de 44 passageiros), com franquias mínima de 100 km rodados.	R\$ 12,69	293	3516	17580
	5	LAJES	ÔNIBUS RODOVIÁRIO EXECUTIVO (com capacidade mínima de 48 passageiros), com franquias mínima de 100 km rodados.	R\$ 16,35	480	5760	28800
GRUPO 2	6	PARELHAS	MICRO-ÔNIBUS, DO TIPO Van (com capacidade mínima de 15 passageiros), com franquias mínima de 100 km rodados.	R\$ 7,61	200	2400	12000
	7	PARELHAS	MICRO-ÔNIBUS (com capacidade mínima de 28 passageiros), com franquias mínima de 100 km rodados.	R\$ 13,31	250	3000	15000
	8	PARELHAS	ÔNIBUS URBANO/RURAL (com capacidade mínima de 44 passageiros), com franquias mínima de 100 km rodados.	R\$ 12,69	70	840	4200

	9	PARELHAS	ÔNIBUS RODOVIÁRIO EXECUTIVO (com capacidade mínima de 48 passageiros), com franquias mínimas de 100 km rodados.	R\$ 16,35	500	6000	30000
GRUPO 3	10	NATAL - CENTRO HISTÓRICO	MICRO-ÔNIBUS, DO TIPO Van (com capacidade mínima de 15 passageiros), com franquias mínimas de 100 km rodados.	R\$ 7,61	200	2400	12000
	11	NATAL - CENTRO HISTÓRICO	MICRO-ÔNIBUS (com capacidade mínima de 28 passageiros), com franquias mínimas de 100 km rodados.	R\$ 13,31	357	4284	21420
	12	NATAL - CENTRO HISTÓRICO	ÔNIBUS URBANO/RURAL (com capacidade mínima de 44 passageiros), com franquias mínimas de 100 km rodados.	R\$ 12,69	722	8664	43320
	13	NATAL - CENTRO HISTÓRICO	ÔNIBUS RODOVIÁRIO EXECUTIVO (com capacidade mínima de 48 passageiros), com franquias mínimas de 100 km rodados.	R\$ 16,35	530	6360	31800

GRUPO 4	14	PARNAMIRIM	MICRO-ÔNIBUS, DO TIPO Van (com capacidade mínima de 15 passageiros), com franquias mínima de 100 km rodados.	R\$ 7,61	600	7200	36000
	15	PARNAMIRIM	ÔNIBUS RODOVIÁRIO EXECUTIVO (com capacidade mínima de 48 passageiros), com franquias mínima de 100 km rodados.	R\$ 16,35	800	9600	48000
GRUPO 5	16	NOVA CRUZ	MICRO-ÔNIBUS, DO TIPO Van (com capacidade mínima de 15 passageiros), com franquias mínima de 100 km rodados.	R\$ 7,61	470	5640	28200
	17	NOVA CRUZ	MICRO-ÔNIBUS (com capacidade mínima de 28 passageiros), com franquias mínima de 100 km rodados.	R\$ 13,31	50	600	3000
	18	NOVA CRUZ	ÔNIBUS URBANO/RURAL (com capacidade mínima de 44 passageiros), com franquias mínima de 100 km rodados.	R\$ 12,69	900	10800	54000
	19	NOVA CRUZ	ÔNIBUS RODOVIÁRIO EXECUTIVO (com capacidade mínima de 48 passageiros), com franquias mínima de 100 km rodados.	R\$ 16,35	100	1200	6000
	20	SÃO GONÇALO DO AMARANTE	MICRO-ÔNIBUS, DO TIPO Van (com capacidade mínima de 15 passageiros), com franquias mínima de 100 km rodados.	R\$ 7,61	150	1800	9000

GRUPO 6	21	SÃO GONÇALO DO AMARANTE	MICRO-ÔNIBUS (com capacidade mínima de 28 passageiros), com franquias mínima de 100 km rodados.	R\$ 13,31	200	2400	12000
	22	SÃO GONÇALO DO AMARANTE	ÔNIBUS URBANO/RURAL (com capacidade mínima de 44 passageiros), com franquias mínima de 100 km rodados.	R\$ 12,69	100	1200	6000
	23	SÃO GONÇALO DO AMARANTE	ÔNIBUS RODOVIÁRIO EXECUTIVO (com capacidade mínima de 48 passageiros), com franquias mínima de 100 km rodados.	R\$ 16,35	600	7200	36000
GRUPO 7	24	CEARÁ-MÍRIM	MICRO-ÔNIBUS, DO TIPO Van (com capacidade mínima de 15 passageiros), com franquias mínima de 100 km rodados.	R\$ 7,61	100	1200	6000
	25	CEARÁ-MÍRIM	MICRO-ÔNIBUS (com capacidade mínima de 28 passageiros), com franquias mínima de 100 km rodados.	R\$ 13,31	100	1200	6000
	26	CEARÁ-MÍRIM	ÔNIBUS URBANO/RURAL (com capacidade mínima de 44 passageiros), com franquias mínima de 100 km rodados.	R\$ 12,69	300	3600	18000
			ÔNIBUS RODOVIÁRIO EXECUTIVO (com				

	27	CEARÁ-MÍRIM	capacidade mínima de 48 passageiros), com franquias mínima de 100 km rodados.	R\$ 16,35	600	7200	36000
GRUPO 8	28	CANGUARETAMA	MICRO-ÔNIBUS, DO TIPO Van (com capacidade mínima de 15 passageiros), com franquias mínima de 100 km rodados.	R\$ 7,61	340	4080	20400
	29	CANGUARETAMA	MICRO-ÔNIBUS (com capacidade mínima de 28 passageiros), com franquias mínima de 100 km rodados.	R\$ 13,31	400	4800	24000
	30	CANGUARETAMA	ÔNIBUS URBANO/RURAL (com capacidade mínima de 44 passageiros), com franquias mínima de 100 km rodados.	R\$ 12,69	80	960	4800
	31	CANGUARETAMA	ÔNIBUS RODOVIÁRIO EXECUTIVO (com capacidade mínima de 48 passageiros), com franquias mínima de 100 km rodados.	R\$ 16,35	600	7200	36000
			MICRO-ÔNIBUS, DO TIPO				

GRUPO 9	32	SÃO PAULO DO POTENGI	Van (com capacidade mínima de 15 passageiros), com franquias mínima de 100 km rodados.	R\$ 7,61	200	2400	12000
	33	SÃO PAULO DO POTENGI	MICRO-ÔNIBUS (com capacidade mínima de 28 passageiros), com franquias mínima de 100 km rodados.	R\$ 13,31	400	4800	24000
	34	SÃO PAULO DO POTENGI	ÔNIBUS URBANO/RURAL (com capacidade mínima de 44 passageiros), com franquias mínima de 100 km rodados.	R\$ 12,69	400	4800	24000
	35	SÃO PAULO DO POTENGI	ÔNIBUS RODOVIÁRIO EXECUTIVO (com capacidade mínima de 48 passageiros), com franquias mínima de 100 km rodados.	R\$ 16,35	600	7200	36000
GRUPO 10	36	MOSSORÓ	MICRO-ÔNIBUS, DO TIPO Van (com capacidade mínima de 15 passageiros), com franquias mínima de 100 km rodados.	R\$ 7,61	400	4800	24000
	37	MOSSORÓ	MICRO-ÔNIBUS (com capacidade mínima de 28 passageiros), com franquias mínima de 100 km rodados.	R\$ 13,31	600	7200	36000
	38	MOSSORÓ	ÔNIBUS URBANO/RURAL (com capacidade mínima de 44 passageiros), com franquias mínima de 100 km rodados.	R\$ 12,69	80	960	4800

	39	MOSSORÓ	ÔNIBUS RODOVIÁRIO EXECUTIVO (com capacidade mínima de 48 passageiros), com franquia mínima de 100 km rodados.	R\$ 16,35	1200	14400	72000
GRUPO 11	40	CURRAIS NOVOS	MICRO-ÔNIBUS, DO TIPO Van (com capacidade mínima de 15 passageiros), com franquia mínima de 100 km rodados.	R\$ 7,61	891	10692	53460
	41	CURRAIS NOVOS	MICRO-ÔNIBUS (com capacidade mínima de 28 passageiros), com franquia mínima de 100 km rodados.	R\$ 13,31	321	3852	19260
	42	CURRAIS NOVOS	ÔNIBUS URBANO/RURAL (com capacidade mínima de 44 passageiros), com franquia mínima de 100 km rodados.	R\$ 12,69	330	3960	19800
	43	CURRAIS NOVOS	ÔNIBUS RODOVIÁRIO EXECUTIVO (com capacidade mínima de 48 passageiros), com franquia mínima de 100 km rodados.	R\$ 16,35	805	9660	48300

GRUPO 12	44	IPANGUAÇU	MICRO-ÔNIBUS, DO TIPO Van (com capacidade mínima de 15 passageiros), com franquias mínima de 100 km rodados.	R\$ 7,61	300	3600	18000
	45	IPANGUAÇU	MICRO-ÔNIBUS (com capacidade mínima de 28 passageiros), com franquias mínima de 100 km rodados.	R\$ 13,31	800	9600	48000
	46	IPANGUAÇU	ÔNIBUS URBANO/RURAL (com capacidade mínima de 44 passageiros), com franquias mínima de 100 km rodados.	R\$ 12,69	300	3600	18000
	47	IPANGUAÇU	ÔNIBUS RODOVIÁRIO EXECUTIVO (com capacidade mínima de 48 passageiros), com franquias mínima de 100 km rodados.	R\$ 16,35	500	6000	30000
GRUPO 13	48	NATAL - ZONA NORTE	MICRO-ÔNIBUS, DO TIPO Van (com capacidade mínima de 15 passageiros), com franquias mínima de 100 km rodados.	R\$ 7,61	50	600	3000
	49	NATAL - ZONA NORTE	MICRO-ÔNIBUS (com capacidade mínima de 28 passageiros), com franquias mínima de 100 km rodados.	R\$ 13,31	50	600	3000
	50	NATAL - ZONA NORTE	ÔNIBUS URBANO/RURAL (com capacidade mínima de 44 passageiros), com franquias mínima de 100 km rodados.	R\$ 12,69	120	1440	7200

	51	NATAL - ZONA NORTE	ÔNIBUS RODOVIÁRIO EXECUTIVO (com capacidade mínima de 48 passageiros), com franquias mínimas de 100 km rodados.	R\$ 16,35	400	4800	24000
GRUPO 14	52	NATAL CENTRAL	MICRO-ÔNIBUS, DO TIPO Van (com capacidade mínima de 15 passageiros), com franquias mínimas de 100 km rodados.	R\$ 7,61	800	9600	48000
	53	NATAL CENTRAL	MICRO-ÔNIBUS (com capacidade mínima de 28 passageiros), com franquias mínimas de 100 km rodados.	R\$ 13,31	1800	21600	108000
	54	NATAL CENTRAL	ÔNIBUS URBANO/RURAL (com capacidade mínima de 44 passageiros), com franquias mínimas de 100 km rodados.	R\$ 12,69	2000	24000	120000
	55	NATAL CENTRAL	ÔNIBUS RODOVIÁRIO EXECUTIVO (com capacidade mínima de 48 passageiros), com franquias mínimas de 100 km rodados.	R\$ 16,35	1200	14400	72000

GRUPO 15	56	CAICÓ	MICRO-ÔNIBUS, DO TIPO Van (com capacidade mínima de 15 passageiros), com franquia mínima de 100 km rodados.	R\$ 7,61	967	11604	58020
	57	CAICÓ	MICRO-ÔNIBUS (com capacidade mínima de 28 passageiros), com franquia mínima de 100 km rodados.	R\$ 13,31	592	7104	35520
	58	CAICÓ	ÔNIBUS URBANO/RURAL (com capacidade mínima de 44 passageiros), com franquia mínima de 100 km rodados.	R\$ 12,69	100	1200	6000
	59	CAICÓ	ÔNIBUS RODOVIÁRIO EXECUTIVO (com capacidade mínima de 48 passageiros), com franquia mínima de 100 km rodados.	R\$ 16,35	1042	12504	62520
GRUPO 16	60	JUCURUTU	MICRO-ÔNIBUS, DO TIPO Van (com capacidade mínima de 15 passageiros), com franquia mínima de 100 km rodados.	R\$ 7,61	450	5400	27000
	61	JUCURUTU	MICRO-ÔNIBUS (com capacidade mínima de 28 passageiros), com franquia mínima de 100 km rodados.	R\$ 13,31	533	6396	31980
	62	JUCURUTU	ÔNIBUS URBANO/RURAL (com capacidade mínima de 44 passageiros), com franquia mínima de 100 km rodados.	R\$ 12,69	83	996	4980

	63	JUCURUTU	ÔNIBUS RODOVIÁRIO EXECUTIVO (com capacidade mínima de 48 passageiros), com franquias mínima de 100 km rodados.	R\$ 16,35	833	9996	49980
GRUPO 17	64	APODI	MICRO-ÔNIBUS, DO TIPO Van (com capacidade mínima de 15 passageiros), com franquias mínima de 100 km rodados.	R\$ 7,61	400	4800	24000
	65	APODI	MICRO-ÔNIBUS (com capacidade mínima de 28 passageiros), com franquias mínima de 100 km rodados.	R\$ 13,31	300	3600	18000
	66	APODI	ÔNIBUS URBANO/RURAL (com capacidade mínima de 44 passageiros), com franquias mínima de 100 km rodados.	R\$ 12,69	100	1200	6000
	67	APODI	ÔNIBUS RODOVIÁRIO EXECUTIVO (com capacidade mínima de 48 passageiros), com franquias mínima de 100 km rodados.	R\$ 16,35	800	9600	48000

GRUPO 18	68	SANTA CRUZ	MICRO-ÔNIBUS, DO TIPO Van (com capacidade mínima de 15 passageiros), com franquia mínima de 100 km rodados.	R\$ 7,61	500	6000	30000
	69	SANTA CRUZ	MICRO-ÔNIBUS (com capacidade mínima de 28 passageiros), com franquia mínima de 100 km rodados.	R\$ 13,31	600	7200	36000
	70	SANTA CRUZ	ÔNIBUS URBANO/RURAL (com capacidade mínima de 44 passageiros), com franquia mínima de 100 km rodados.	R\$ 12,69	50	600	3000
	71	SANTA CRUZ	ÔNIBUS RODOVIÁRIO EXECUTIVO (com capacidade mínima de 48 passageiros), com franquia mínima de 100 km rodados.	R\$ 16,35	800	9600	48000
GRUPO 19	72	JOÃO CÂMARA	MICRO-ÔNIBUS, DO TIPO Van (com capacidade mínima de 15 passageiros), com franquia mínima de 100 km rodados.	R\$ 7,61	300	3600	18000
	73	JOÃO CÂMARA	MICRO-ÔNIBUS (com capacidade mínima de 28 passageiros), com franquia mínima de 100 km rodados.	R\$ 13,31	350	4200	21000
	74	JOÃO CÂMARA	ÔNIBUS URBANO/RURAL (com capacidade mínima de 44 passageiros), com franquia mínima de 100 km rodados.	R\$ 12,69	500	6000	30000

	75	JOÃO CÂMARA	ÔNIBUS RODOVIÁRIO EXECUTIVO (com capacidade mínima de 48 passageiros), com franquias mínimas de 100 km rodados.	R\$ 16,35	500	6000	30000
GRUPO 20	76	PAU DOS FERROS	MICRO-ÔNIBUS, DO TIPO Van (com capacidade mínima de 15 passageiros), com franquias mínimas de 100 km rodados.	R\$ 7,61	600	7200	36000
	77	PAU DOS FERROS	MICRO-ÔNIBUS (com capacidade mínima de 28 passageiros), com franquias mínimas de 100 km rodados.	R\$ 13,31	400	4800	24000
	78	PAU DOS FERROS	ÔNIBUS URBANO/RURAL (com capacidade mínima de 44 passageiros), com franquias mínimas de 100 km rodados.	R\$ 12,69	50	600	3000
	79	PAU DOS FERROS	ÔNIBUS RODOVIÁRIO EXECUTIVO (com capacidade mínima de 48 passageiros), com franquias mínimas de 100 km rodados.	R\$ 16,35	450	5400	27000

GRUPO 21	80	MACAU	MICRO-ÔNIBUS, DO TIPO Van (com capacidade mínima de 15 passageiros), com franquia mínima de 100 km rodados.	R\$ 7,61	600	7200	36000
	81	MACAU	MICRO-ÔNIBUS (com capacidade mínima de 28 passageiros), com franquia mínima de 100 km rodados.	R\$ 13,31	200	2400	12000
	82	MACAU	ÔNIBUS URBANO/RURAL (com capacidade mínima de 44 passageiros), com franquia mínima de 100 km rodados.	R\$ 12,69	600	7200	36000
	83	MACAU	ÔNIBUS RODOVIÁRIO EXECUTIVO (com capacidade mínima de 48 passageiros), com franquia mínima de 100 km rodados.	R\$ 16,35	500	6000	30000
GRUPO 22	84	NATAL ZONA LESTE	MICRO-ÔNIBUS, DO TIPO Van (com capacidade mínima de 15 passageiros), com franquia mínima de 100 km rodados.	R\$ 7,61	1200	14400	72000
	85	NATAL ZONA LESTE	MICRO-ÔNIBUS (com capacidade mínima de 28 passageiros), com franquia mínima de 100 km rodados.	R\$ 13,31	200	2400	12000
	86	NATAL ZONA LESTE	ÔNIBUS URBANO/RURAL (com capacidade mínima de 44 passageiros), com franquia mínima de 100 km rodados.	R\$ 12,69	90	1080	5400

	87	NATAL ZONA LESTE	ÔNIBUS RODOVIÁRIO EXECUTIVO (com capacidade mínima de 48 passageiros), com franquias mínimas de 100 km rodados.	R\$ 16,35	90	1080	5400
VALOR GLOBAL DO CERTAME			R\$	31.695.400,20			

- 1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como **comum(ns)**, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
- 1.3. O prazo de vigência da contratação é de **05 (cinco) anos** contados do(a) **assinatura do contrato**, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.4. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que sua interrupção pode comprometer a eficiência do atendimento das demandas da Instituição, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando não só o ganho de custo processual com esse período mais longo, como a manutenção da integridade do patrimônio público e o cumprimento da missão institucional.
- 1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.
- 2.3. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual **2025**, conforme consta das informações básicas desse Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. Consumo de combustível e emissões de poluentes:

- i. Utilização de veículos com baixa emissão de poluentes e alta eficiência energética.
- ii. Preferência por veículos que utilizem combustíveis menos poluentes, como o gás natural veicular (GNV), o etanol ou a eletricidade.
- iii. Adoção de práticas de condução econômica para reduzir o consumo de combustível e as emissões de poluentes.

4.1.2. Manutenção e conservação dos veículos:

- i. Realização de manutenções preventivas regulares para garantir o bom estado dos veículos e reduzir o consumo de combustível e as emissões de poluentes.
- ii. Utilização de peças de reposição originais ou de alta qualidade, visando prolongar a vida útil dos veículos e reduzir o descarte de resíduos.

4.1.3. Gestão de resíduos e reciclagem:

- i. Implantação de programas de coleta seletiva nos veículos e nas instalações utilizadas para o serviço de fretamento.
- ii. Destinação adequada dos resíduos gerados durante a prestação dos serviços, priorizando a reciclagem e a reutilização.

4.1.4. Eficiência no uso de recursos naturais:

- i. Redução do consumo de água e energia nos veículos e nas instalações utilizadas para o serviço de fretamento.
- ii. Utilização de tecnologias e materiais que contribuam para a redução do consumo de recursos naturais, como sistemas de iluminação LED e materiais reciclados.

4.1.5. Inclusão social e desenvolvimento local:

- i. Priorização da contratação de empresas locais e/ou que adotem práticas de responsabilidade social, como a contratação de mão de obra local e a promoção da inclusão de pessoas em situação de vulnerabilidade social.

4.1.6. Transparência e prestação de contas:

- i. Estabelecimento de mecanismos de controle e monitoramento dos impactos ambientais e sociais dos serviços de fretamento, com a divulgação periódica de relatórios de sustentabilidade.

4.1.7. Educação e conscientização:

- i. Realização de campanhas de conscientização junto aos usuários dos serviços de fretamento, visando promover a adoção de práticas sustentáveis durante o uso dos veículos.

4.1.8. Os veículos deverão ser movidos, preferencialmente, a combustível de origem

renovável ou bicomustível, conforme estabelecido na Lei nº 9.660/1998.

4.1.9. Os veículos automotores utilizados na prestação de serviços deverão atender aos limites máximos de ruídos fixados nas Resoluções CONAMA nº 1, de 11/02/1993, e nº 272, de 14/09/2000, e legislação correlata.

4.1.10. Os veículos deverão atender também aos limites máximos de emissão de poluentes provenientes do escapamento fixados no âmbito do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores – PROCONVE, conforme Resoluções CONAMA nº 18, de 06/05/1986, e nº 315, de 29/10/2002, e legislação correlata.

Subcontratação

*4.2. É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de **36% (trinta e seis por cento)** do valor total do contrato, nas seguintes condições:*

4.3. É vedada a subcontratação completa.

4.4. Poderão ser subcontratadas as seguintes parcelas do objeto:

4.4.1. A subcontratação poderá ocorrer no limite estipulado a fim de viabilizar, nos períodos de maiores demandas, a continuidade das atividades.

4.5. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do Contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

4.6. A subcontratação depende de autorização prévia do Contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

4.7. O Contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

4.8. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

Garantia da contratação

4.9. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

Vistoria

4.10. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: *havendo interesse da administração, imediatamente após a assinatura do contrato.*

5.1.2. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho está disposto no Item 6. Descrição da solução como um todo, do Estudo Técnico Preliminar.

Local e horário da prestação dos serviços

5.2. Para início da prestação dos serviços, a disponibilização dos veículos deverá ocorrer na data e horário solicitado e na sede do órgão / entidade Contratante, Campi do IFRN participantes, salvo quando ambas as partes concordarem com a entrega feita em outro local para atender a necessidade dos serviços demandados;

Rotinas a serem cumpridas

5.3.1. A execução contratual observará as rotinas *abaixo*:

5.3.1.1. O serviço será prestado sempre tendo como ponto de partida a sede do órgão /entidade Contratante, mediante solicitação formal;

5.3.1.2. O prazo mínimo para solicitação formal dos veículos será de 5 (cinco) dias úteis anteriores à data programada para a (s) viagem(ns);

5.3.1.3. O horário de apresentação do veículo (abastecido e com motorista) no local de partida deverá anteceder, no mínimo, 60 (sessenta) minutos do horário inicialmente agendado;

5.3.1.4. As despesas de combustível e motorista devem estar inclusas no preço da Contratada, inclusive aquelas afetas à hospedagem e alimentação do(s) motorista(s), caso necessário. Será computada, a fim de aferir a quilometragem percorrida, apenas os deslocamentos de ida e volta com passageiros, não sendo computada a ida e retorno do veículo ao local de embarque apenas com o motorista.

5.3.1.5. Os veículos deverão encontrar-se em bom estado de uso com a manutenção preventiva e corretiva em dia, abastecidos e limpos (aspirados e lavados) interna e externamente, e com a documentação exigida pelas autoridades competentes a disposição em todo o transcorrer da prestação do serviço

Materiais a serem disponibilizados

5.4. Para a perfeita execução dos serviços, o Contratado deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

5.4.1. O veículo deverá ser apresentado em perfeita condições de manutenção, uso e dirigibilidade. Ademais, deverá estar em dias com as taxas anuais referentes ao Imposto sobre Propriedade de Veículo Automotor (IPVA), Seguro Obrigatório (DPVAT) e Certificado de Registro e Licenciamento do Veículo (CRLV), segurado contra acidentes, roubo, furto incêndio, colisão, danos à para-brisa, retrovisores, faróis, lanternas, vidros laterais e traseiro, com franquia inclusa na composição do valor da diária, bem como contra terceiros (cobertura física e material), com previsão de carro reserva, cartão para reabastecimento com 70% (setenta por cento) dos municípios do RN, ou por outro meio que permita o reabastecimento;

5.4.2. Qualquer manutenção necessária, decorrida de uso, durante as atividades realizadas, ficarão a cargo da CONTRATADA, devendo esta providenciar a a manutenção de maneira que não impeça a continuidade dos trabalhos que estiverem sendo realizados, ficando responsável inclusive pela substituição do veículo, por outro de modelo igual ou superior, caso a manutenção necessária não possa ser concluída em um prazo de 04 (quatro) horas; e

5.4.3. É obrigatório os veículos estarem equipados com um GPS, pois o uso do GPS permite acompanhar, em tempo real, se estão cumprindo os horários, rotas e quilometragem previstos no contrato, garantindo que a prestação do serviço esteja de acordo com o que foi contratado e garantindo um melhor aproveitamento dos recursos públicos.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.5. *A demanda do órgão tem como base as seguintes características:*

5.5.1. *O perfil das viagens mais requisitadas são de percursos dentro do Estado do Rio Grande do Norte, ou estados vizinhos, com quilometragem de até 500 km, sem necessidade de pernoite;*

Especificação da garantia do serviço

5.6. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

5.7. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. *O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.*

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. *Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.*

Preposto

6.6. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

6.7. O Contratado não necessitará manter preposto da empresa no local da execução do objeto na Unidade Contratante.

6.8. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

Rotinas de Fiscalização

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.12. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.17. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.18. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

Fiscalização Administrativa

6.31. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.32. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.33. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

6.33.1. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato

6.34. A Administração deverá analisar a documentação solicitada no item 6.23.1.4 acima no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento dos documentos, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, justificadamente.

Gestor do Contrato

6.35. Cabe ao gestor do contrato:

6.35.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.35.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.35.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.35.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.35.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.35.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.35.7 enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto nos Anexos deste processo.

7.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

7.2.1. não produziu os resultados acordados,

7.2.2. deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.2.3. deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.3. *A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.*

7.4. *A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:*

7.4.1. Cumprir o horário indicado para apresentar o veículo;

7.4.2 Apresentar veículo limpo, em sua parte interna externa, livre de sujeira, poeira e mau odor;

7.4.3. Apresentar o veículo em perfeitas condições de manutenção, uso e dirigibilidade;

7.4.4. Documentação necessária ao veículo em condições e seu condutor;

7.4.5. Sistema de monitoramento em perfeito funcionamento;

7.4.6. Realizar manutenção em viagem e/ou a substituição do veículo se necessário;

7.4.7. Responder aos questionamentos da CONTRATANTE; e

7.4.8. Apresentar relatório analítico mensal das viagens realizadas no período, com no mínimo as seguintes informações: número da requisição/ordem de serviço, período da viagem, odômetro inicial, odômetro final, quilometragem percorrida, tipo de veículo, custo por viagem e valor de faturamento da medição

Do recebimento

7.5. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de *05 (cinco) dias úteis*, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.6. O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.7. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.8. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.9. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.10. Para efeito de recebimento provisório, será considerado para fins de faturamento o período *mensal*.

7.11. Ao final de cada período/evento de faturamento:

7.11.1. o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

7.12. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.13. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções

resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.14. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.15. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.16. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.17. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.18. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de *10 (dez) dias úteis*, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.18.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.18.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.18.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.18.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.18.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.19. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.20. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.21. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.22. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.23. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.24. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- I) o prazo de validade;
- II) a data da emissão;
- III) os dados do contrato e do órgão contratante;
- IV) o período respectivo de execução do contrato;
- V) o valor a pagar; e
- VI) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.25. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.26. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.27. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- 7.27.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;
- 7.27.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.28. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.29. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.30. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.31. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.32. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.33. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice *IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo)* de correção monetária.

Forma de pagamento

7.34. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.35. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.36. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.36.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.37. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.38. Após o interregno de um ano, a contar da data do Termo de Análise Crítica da Pesquisa: 25 de março de 2025, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.39. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.40. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.41. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.42. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.43. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.44. O reajuste será realizado por apostilamento.

Cessão de crédito

7.45. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

7.46. As cessões de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, dependerão de prévia aprovação do Contratante.

7.47. A eficácia da cessão de crédito não abrangida pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.47. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.49. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.50. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4. Multa:

8.2.4.1. *Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 2% (dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias.*

8.2.4.2. *Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;*

8.2.4.2.1. *O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.*

8.2.4.3 *Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.*

8.2.4.4. *Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.*

8.2.4.5. *Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 5% (cinco por cento) a 25% (vinte e cinco por cento) do valor da contratação.*

8.2.4.6. *Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 1% (um por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.*

8.2.4.7. *Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 1% (um por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.*

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

8.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Regime de Execução

9.2. O regime de execução do objeto será de empreitada por preço unitário.

Critérios de aceitabilidade de preços

9.3. Para o objeto ou parte dele sujeito ao regime de empreitada por preço unitário o critério de aceitabilidade de preços será:

9.3.1. valor global: conforme valor estimado da contratação;

Exigências de habilitação

9.4. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.5. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.6. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.7. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.8. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.9. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.10. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.11. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.12. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.13. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos

consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.20. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.23. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação /contratação, ou de sociedade simples;

9.24. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.25. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando, para cada exercício, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um).

9.25.1. Capital Circulante Líquido ou Capital de Giro (Ativo Circulante - Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado da contratação; e

9.25.2. Patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação anual do lote;

9.26. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.27. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.28. O atendimento dos índices econômicos previstos neste termo de referência deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

9.29. Declaração do fornecedor, acompanhada da relação de compromissos assumidos, conforme modelo constante no Anexo deste Termo de Referência, de que um doze avos dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada vigentes na data apresentação da proposta não é superior ao patrimônio líquido do interessado, observados os seguintes requisitos:

9.29.1 a declaração deve ser acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), relativa ao último exercício social; e

9.29.2 caso a diferença entre a declaração e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) apresentada seja superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, o fornecedor deverá apresentar justificativas.

9.30. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Qualificação Técnica

9.31. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

9.31.1. Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

Qualificação Técnico-Operacional

9.32. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.32.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

9.32.1.1. contrato(s) que comprove(m) a experiência mínima de 1 (um) ano do fornecedor na prestação dos serviços, em períodos sucessivos ou não, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes;

9.32.1.2. Comprovação que já executou contrato(s) com um mínimo de 50% (cinquenta por cento) do quantitativo estimado anual dos serviços para o lote ofertado, compatíveis em características, com os itens relacionados as viagens executadas com o Veículo tipo "ônibus executivo "

9.32.2. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.

9.32.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.32.4 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

9.32.5. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

9.33. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

9.34. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

9.35. Ter registro e autorização do veículo no Departamento de Estradas e Rodagens - DER vigente.

Qualificação Técnico-Profissional

9.36. Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do **caput** do art. 156 da Lei n.º 14.133, de 2021, em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

9.37. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

Disposições gerais sobre habilitação

9.38. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.39. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.40. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.41. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.42. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

Documentação complementar para cooperativas

9.43. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

9.43.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

9.43.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.43.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

9.43.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

9.43.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

9.43.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

9.43.6.1. ata de fundação;

9.43.6.2. estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

9.43.6.3. regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

9.43.6.4. editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

9.43.6.5. três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;

9.43.6.6. ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação; e

9.43.6.7. última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. *O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, é de R\$ 31.695.400,20 (trinta e um milhões, seiscientos e noventa e cinco mil, quatrocentos reais e vinte centavos), conforme custos unitários apostos:*

		MENSAL	ANUAL	QUINQUENAL
VEÍCULOS	R\$/km	TOTAL	TOTAL	TOTAL
MICRO-ÔNIBUS, DO				

TIPO Van (com capacidade mínima de 15 passageiros), com franquia mínima de 100 km rodados.	R\$ 7,61	R\$ 75.856,48	R\$ 910.277,76	R\$ 4.551.388,80
MICRO-ÔNIBUS (com capacidade mínima de 28 passageiros), com franquia mínima de 100 km rodados.	R\$ 13,31	R\$ 117.420,82	R\$ 1.409.049,84	R\$ 7.045.249,20
ÔNIBUS URBANO /RURAL (com capacidade mínima de 44 passageiros), com franquia mínima de 100 km rodados.	R\$ 12,69	R\$ 92.230,92	R\$ 1.106.771,04	R\$ 5.533.855,20
ÔNIBUS RODOVIÁRIO EXECUTIVO (com capacidade mínima de 48 passageiros), com franquia mínima de 100 km rodados.	R\$ 16,35	R\$ 242.748,45	R\$ 2.912.981,40	R\$ 14.564.907,00
TOTAL		R\$ 528.256,67	R\$ 6.339.080,04	R\$ 31.695.400,20

10.4. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

10.4.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.4.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.4.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

10.4.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

Natal, 12 de maio de 2025.

Identificação e assinatura do servidor (ou equipe) responsável

13. ANEXO I Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato (Contratações de pequeno valor - art. 95, inciso I, da Lei n. 14.133/2021, Orientação Normativa nº 84, de 17 de maio de 2024)

.

14. 2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

.

15. 3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

.

16. 4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

.

17. 5. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

.

18. 6. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

.

19. 7. DOS CASOS OMISSOS

.

20. 8. ALTERAÇÕES

.

21. 9. FORO

Fica definido o Foro da Justiça Federal em Natal, Seção Judiciária de para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

22. ANEXO II TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

.

23. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

SERGIO DE CARVALHO GUEDES

Integrante Técnico



Assinou eletronicamente em 13/05/2025 às 09:02:41.

ADRIANE DE MORAIS FERREIRA

Integrante Administrativo



Assinou eletronicamente em 13/05/2025 às 08:55:50.

FRANCISCA SIMONELY DE VASCONCELOS

Integrante Administrativo



Assinou eletronicamente em 12/05/2025 às 16:31:56.

ISAC DANTAS DINIZ

Integrante Técnico



Assinou eletronicamente em 12/05/2025 às 16:35:28.

ROBERTO GOMES CAVALCANTE JUNIOR

Integrante Administrativo



Assinou eletronicamente em 13/05/2025 às 08:17:41.

MAYKEL SAMUEL MARINHO CAMARA

Integrante Administrativo



Assinou eletronicamente em 13/05/2025 às 16:07:32.

JOAO BATISTA DANTAS

Integrante Administrativo



Assinou eletronicamente em 13/05/2025 às 10:20:21.

RODRIGO RICELLY AVELINO LEITE

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 14/05/2025 às 16:09:30.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - TABELA QUANTITATIVO X ORGAO.pdf (573.55 KB)

ITEM		UASG	NÚMERO DO ÍTEM NO SISTEMA	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	QUANTIDADE			VALOR			VALOR MENSAL DO GRUPO	VALOR ANUAL DO GRUPO	VALOR GLOBAL DO GRUPO (CINCO ANOS)
						R\$/KM	MENSAL	ANUAL	QUINQUENAL	MENSAL	ANUAL	QUINQUENAL			
1			1	REITORIA	ÔNIBUS RODOVIÁRIO EXECUTIVO (com capacidade mínima de 48 passageiros), com franquia mínima de 100 km rodados.	R\$ 16,35	917	11004	55020	R\$ 14.992,95	R\$ 179.915,40	R\$ 899.577,00	R\$ 14.992,95	R\$ 179.915,40	R\$ 899.577,00
2	GRUPO 1	158155	2	LAJES	MICRO-ÔNIBUS, DO TIPO Van (com capacidade mínima de 15 passageiros), com franquia mínima de 100 km rodados.	R\$ 7,61	250	3000	15000	R\$ 1.902,50	R\$ 22.830,00	R\$ 114.150,00	R\$ 17.714,56	R\$ 212.574,72	R\$ 1.062.873,60
3			3	LAJES	MICRO-ÔNIBUS (com capacidade mínima de 28 passageiros), com franquia mínima de 100 km rodados.	R\$ 13,31	319	3828	19140	R\$ 4.245,89	R\$ 50.950,68	R\$ 254.753,40			
4			4	LAJES	ÔNIBUS URBANO/RURAL (com capacidade mínima de 44 passageiros), com franquia mínima de 100 km rodados.	R\$ 12,69	293	3516	17580	R\$ 3.718,17	R\$ 44.618,04	R\$ 223.090,20			
5			5	LAJES	ÔNIBUS RODOVIÁRIO EXECUTIVO (com capacidade mínima de 48 passageiros), com franquia mínima de 100 km rodados.	R\$ 16,35	480	5760	28800	R\$ 7.848,00	R\$ 94.176,00	R\$ 470.880,00			
6	GRUPO 2	158155	6	PARELHAS	MICRO-ÔNIBUS, DO TIPO Van (com capacidade mínima de 15 passageiros), com franquia mínima de 100 km rodados.	R\$ 7,61	200	2400	12000	R\$ 1.522,00	R\$ 18.264,00	R\$ 91.320,00	R\$ 13.912,80	R\$ 166.953,60	R\$ 834.768,00
7			7	PARELHAS	MICRO-ÔNIBUS (com capacidade mínima de 28 passageiros), com franquia mínima de 100 km rodados.	R\$ 13,31	250	3000	15000	R\$ 3.327,50	R\$ 39.930,00	R\$ 199.650,00			
8			8	PARELHAS	ÔNIBUS URBANO/RURAL (com capacidade mínima de 44 passageiros), com franquia mínima de 100 km rodados.	R\$ 12,69	70	840	4200	R\$ 888,30	R\$ 10.659,60	R\$ 53.298,00			
9			9	PARELHAS	ÔNIBUS RODOVIÁRIO EXECUTIVO (com capacidade mínima de 48 passageiros), com franquia mínima de 100 km rodados.	R\$ 16,35	500	6000	30000	R\$ 8.175,00	R\$ 98.100,00	R\$ 490.500,00			
10	GRUPO 3	152711	10	NATAL - CENTRO HISTÓRICO	MICRO-ÔNIBUS, DO TIPO Van (com capacidade mínima de 15 passageiros), com franquia mínima de 100 km rodados.	R\$ 7,61	200	2400	12000	R\$ 1.522,00	R\$ 18.264,00	R\$ 91.320,00	R\$ 24.101,35	R\$ 289.216,20	R\$ 1.446.081,00
11			11	NATAL - CENTRO HISTÓRICO	MICRO-ÔNIBUS (com capacidade mínima de 28 passageiros), com franquia mínima de 100 km rodados.	R\$ 13,31	357	4284	21420	R\$ 4.751,67	R\$ 57.020,04	R\$ 285.100,20			
12			12	NATAL - CENTRO HISTÓRICO	ÔNIBUS URBANO/RURAL (com capacidade mínima de 44 passageiros), com franquia mínima de 100 km rodados.	R\$ 12,69	722	8664	43320	R\$ 9.162,18	R\$ 109.946,16	R\$ 549.730,80			
13			13	NATAL - CENTRO HISTÓRICO	ÔNIBUS RODOVIÁRIO EXECUTIVO (com capacidade mínima de 48 passageiros), com franquia mínima de 100 km rodados.	R\$ 16,35	530	6360	31800	R\$ 8.665,50	R\$ 103.986,00	R\$ 519.930,00			
14	GRUPO 4	152756	14	PARNAMIRIM	MICRO-ÔNIBUS, DO TIPO Van (com capacidade mínima de 15 passageiros), com franquia mínima de 100 km rodados.	R\$ 7,61	600	7200	36000	R\$ 4.566,00	R\$ 54.792,00	R\$ 273.960,00	R\$ 17.646,00	R\$ 211.752,00	R\$ 1.058.760,00
15			15	PARNAMIRIM	ÔNIBUS RODOVIÁRIO EXECUTIVO (com capacidade mínima de 48 passageiros), com franquia mínima de 100 km rodados.	R\$ 16,35	800	9600	48000	R\$ 13.080,00	R\$ 156.960,00	R\$ 784.800,00			
16	GRUPO 5	152757	16	NOVA CRUZ	MICRO-ÔNIBUS, DO TIPO Van (com capacidade mínima de 15 passageiros), com franquia mínima de 100 km rodados.	R\$ 7,61	470	5640	28200	R\$ 3.576,70	R\$ 42.920,40	R\$ 214.602,00	R\$ 17.298,20	R\$ 207.578,40	R\$ 1.037.892,00
17			17	NOVA CRUZ	MICRO-ÔNIBUS (com capacidade mínima de 28 passageiros), com franquia mínima de 100 km rodados.	R\$ 13,31	50	600	3000	R\$ 665,50	R\$ 7.986,00	R\$ 39.930,00			
18			18	NOVA CRUZ	ÔNIBUS URBANO/RURAL (com capacidade mínima de 44 passageiros), com franquia mínima de 100 km rodados.	R\$ 12,69	900	10800	54000	R\$ 11.421,00	R\$ 137.052,00	R\$ 685.260,00			
19			19	NOVA CRUZ	ÔNIBUS RODOVIÁRIO EXECUTIVO (com capacidade mínima de 48 passageiros), com franquia mínima de 100 km rodados.	R\$ 16,35	100	1200	6000	R\$ 1.635,00	R\$ 19.620,00	R\$ 98.100,00			
20	GRUPO 6	154582	20	SÃO GONÇALO DO AMARANTE	MICRO-ÔNIBUS, DO TIPO Van (com capacidade mínima de 15 passageiros), com franquia mínima de 100 km rodados.	R\$ 7,61	150	1800	9000	R\$ 1.141,50	R\$ 13.698,00	R\$ 68.490,00	R\$ 14.882,50	R\$ 178.590,00	R\$ 892.950,00
21			21	SÃO GONÇALO DO AMARANTE	MICRO-ÔNIBUS (com capacidade mínima de 28 passageiros), com franquia mínima de 100 km rodados.	R\$ 13,31	200	2400	12000	R\$ 2.662,00	R\$ 31.944,00	R\$ 159.720,00			
22			22	SÃO GONÇALO DO AMARANTE	ÔNIBUS URBANO/RURAL (com capacidade mínima de 44 passageiros), com franquia mínima de 100 km rodados.	R\$ 12,69	100	1200	6000	R\$ 1.269,00	R\$ 15.228,00	R\$ 76.140,00			
23			23	SÃO GONÇALO DO AMARANTE	ÔNIBUS RODOVIÁRIO EXECUTIVO (com capacidade mínima de 48 passageiros), com franquia mínima de 100 km rodados.	R\$ 16,35	600	7200	36000	R\$ 9.810,00	R\$ 117.720,00	R\$ 588.600,00			
24	GRUPO 7	154838	24	CEARÁ-MIRIM	MICRO-ÔNIBUS, DO TIPO Van (com capacidade mínima de 15 passageiros), com franquia mínima de 100 km rodados.	R\$ 7,61	100	1200	6000	R\$ 761,00	R\$ 9.132,00	R\$ 45.660,00	R\$ 15.709,00	R\$ 188.508,00	R\$ 942.540,00
25			25	CEARÁ-MIRIM	MICRO-ÔNIBUS (com capacidade mínima de 28 passageiros), com franquia mínima de 100 km rodados.	R\$ 13,31	100	1200	6000	R\$ 1.331,00	R\$ 15.972,00	R\$ 79.860,00			
26			26	CEARÁ-MIRIM	ÔNIBUS URBANO/RURAL (com capacidade mínima de 44 passageiros), com franquia mínima de 100 km rodados.	R\$ 12,69	300	3600	18000	R\$ 3.807,00	R\$ 45.684,00	R\$ 228.420,00			
27			27	CEARÁ-MIRIM	ÔNIBUS RODOVIÁRIO EXECUTIVO (com capacidade mínima de 48 passageiros), com franquia mínima de 100 km rodados.	R\$ 16,35	600	7200	36000	R\$ 9.810,00	R\$ 117.720,00	R\$ 588.600,00			
28	GRUPO 8	154839	28	CANGUARETAMA	MICRO-ÔNIBUS, DO TIPO Van (com capacidade mínima de 15 passageiros), com franquia mínima de 100 km rodados.	R\$ 7,61	340	4080	20400	R\$ 2.587,40	R\$ 31.048,80	R\$ 155.244,00	R\$ 18.736,60	R\$ 224.839,20	R\$ 1.124.196,00
29			29	CANGUARETAMA	MICRO-ÔNIBUS (com capacidade mínima de 28 passageiros), com franquia mínima de 100 km rodados.	R\$ 13,31	400	4800	24000	R\$ 5.324,00	R\$ 63.888,00	R\$ 319.440,00			
30			30	CANGUARETAMA	ÔNIBUS URBANO/RURAL (com capacidade mínima de 44 passageiros), com franquia mínima de 100 km rodados.	R\$ 12,69	80	960	4800	R\$ 1.015,20	R\$ 12.182,40	R\$ 60.912,00			
31			31	CANGUARETAMA	ÔNIBUS RODOVIÁRIO EXECUTIVO (com capacidade mínima de 48 passageiros), com franquia mínima de 100 km rodados.	R\$ 16,35	600	7200	36000	R\$ 9.810,00	R\$ 117.720,00	R\$ 588.600,00			
32	GRUPO 9	154840	32	SÃO PAULO DO POTENGI	MICRO-ÔNIBUS, DO TIPO Van (com capacidade mínima de 15 passageiros), com franquia mínima de 100 km rodados.	R\$ 7,61	200	2400	12000	R\$ 1.522,00	R\$ 18.264,00	R\$ 91.320,00	R\$ 21.732,00	R\$ 260.784,00	R\$ 1.303.920,00
33			33	SÃO PAULO DO POTENGI	MICRO-ÔNIBUS (com capacidade mínima de 28 passageiros), com franquia mínima de 100 km rodados.	R\$ 13,31	400	4800	24000	R\$ 5.324,00	R\$ 63.888,00	R\$ 319.440,00			
34			34	SÃO PAULO DO POTENGI	ÔNIBUS URBANO/RURAL (com capacidade mínima de 44 passageiros), com franquia mínima de 100 km rodados.	R\$ 12,69	400	4800	24000	R\$ 5.076,00	R\$ 60.912,00	R\$ 304.560,00			
35			35	SÃO PAULO DO POTENGI	ÔNIBUS RODOVIÁRIO EXECUTIVO (com capacidade mínima de 48 passageiros), com franquia mínima de 100 km rodados.	R\$ 16,35	600	7200	36000	R\$ 9.810,00	R\$ 117.720,00	R\$ 588.600,00			

ITEM		UASG	NÚMERO DO ÍTEM NO SISTEMA	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	QUANTIDADE			VALOR			VALOR MENSAL DO GRUPO	VALOR ANUAL DO GRUPO	VALOR GLOBAL DO GRUPO (CINCO ANOS)
						R\$/KM	MENSAL	ANUAL	QUINQUENAL	MENSAL	ANUAL	QUINQUENAL			
36	GRUPO 10	158365	36	MOSSORÓ	MICRO-ÔNIBUS, DO TIPO Van (com capacidade mínima de 15 passageiros), com franquia mínima de 100 km rodados.	R\$ 7,61	400	4800	24000	R\$ 3.044,00	R\$ 36.528,00	R\$ 182.640,00	R\$ 31.665,20	R\$ 379.982,40	R\$ 1.899.912,00
37			37	MOSSORÓ	MICRO-ÔNIBUS (com capacidade mínima de 28 passageiros), com franquia mínima de 100 km rodados.	R\$ 13,31	600	7200	36000	R\$ 7.986,00	R\$ 95.832,00	R\$ 479.160,00			
38			38	MOSSORÓ	ÔNIBUS URBANO/RURAL (com capacidade mínima de 44 passageiros), com franquia mínima de 100 km rodados.	R\$ 12,69	80	960	4800	R\$ 1.015,20	R\$ 12.182,40	R\$ 60.912,00			
39			39	MOSSORÓ	ÔNIBUS RODOVIÁRIO EXECUTIVO (com capacidade mínima de 48 passageiros), com franquia mínima de 100 km rodados.	R\$ 16,35	1200	14400	72000	R\$ 19.620,00	R\$ 235.440,00	R\$ 1.177.200,00			
40	GRUPO 11	158366	40	CURRAIS NOVOS	MICRO-ÔNIBUS, DO TIPO Van (com capacidade mínima de 15 passageiros), com franquia mínima de 100 km rodados.	R\$ 7,61	891	10692	53460	R\$ 6.780,51	R\$ 81.366,12	R\$ 406.830,60	R\$ 28.402,47	R\$ 340.829,64	R\$ 1.704.148,20
41			41	CURRAIS NOVOS	MICRO-ÔNIBUS (com capacidade mínima de 28 passageiros), com franquia mínima de 100 km rodados.	R\$ 13,31	321	3852	19260	R\$ 4.272,51	R\$ 51.270,12	R\$ 256.350,60			
42			42	CURRAIS NOVOS	ÔNIBUS URBANO/RURAL (com capacidade mínima de 44 passageiros), com franquia mínima de 100 km rodados.	R\$ 12,69	330	3960	19800	R\$ 4.187,70	R\$ 50.252,40	R\$ 251.262,00			
43			43	CURRAIS NOVOS	ÔNIBUS RODOVIÁRIO EXECUTIVO (com capacidade mínima de 48 passageiros), com franquia mínima de 100 km rodados.	R\$ 16,35	805	9660	48300	R\$ 13.161,75	R\$ 157.941,00	R\$ 789.705,00			
44	GRUPO 12	158367	44	IPANGUAÇU	MICRO-ÔNIBUS, DO TIPO Van (com capacidade mínima de 15 passageiros), com franquia mínima de 100 km rodados.	R\$ 7,61	300	3600	18000	R\$ 2.283,00	R\$ 27.396,00	R\$ 136.980,00	R\$ 24.913,00	R\$ 298.956,00	R\$ 1.494.780,00
45			45	IPANGUAÇU	MICRO-ÔNIBUS (com capacidade mínima de 28 passageiros), com franquia mínima de 100 km rodados.	R\$ 13,31	800	9600	48000	R\$ 10.648,00	R\$ 127.776,00	R\$ 638.880,00			
46			46	IPANGUAÇU	ÔNIBUS URBANO/RURAL (com capacidade mínima de 44 passageiros), com franquia mínima de 100 km rodados.	R\$ 12,69	300	3600	18000	R\$ 3.807,00	R\$ 45.684,00	R\$ 228.420,00			
47			47	IPANGUAÇU	ÔNIBUS RODOVIÁRIO EXECUTIVO (com capacidade mínima de 48 passageiros), com franquia mínima de 100 km rodados.	R\$ 16,35	500	6000	30000	R\$ 8.175,00	R\$ 98.100,00	R\$ 490.500,00			
48	GRUPO 13	158368	48	NATAL - ZONA NORTE	MICRO-ÔNIBUS, DO TIPO Van (com capacidade mínima de 15 passageiros), com franquia mínima de 100 km rodados.	R\$ 7,61	50	600	3000	R\$ 380,50	R\$ 4.566,00	R\$ 22.830,00	R\$ 9.108,80	R\$ 109.305,60	R\$ 546.528,00
49			49	NATAL - ZONA NORTE	MICRO-ÔNIBUS (com capacidade mínima de 28 passageiros), com franquia mínima de 100 km rodados.	R\$ 13,31	50	600	3000	R\$ 665,50	R\$ 7.986,00	R\$ 39.930,00			
50			50	NATAL - ZONA NORTE	ÔNIBUS URBANO/RURAL (com capacidade mínima de 44 passageiros), com franquia mínima de 100 km rodados.	R\$ 12,69	120	1440	7200	R\$ 1.522,80	R\$ 18.273,60	R\$ 91.368,00			
51			51	NATAL - ZONA NORTE	ÔNIBUS RODOVIÁRIO EXECUTIVO (com capacidade mínima de 48 passageiros), com franquia mínima de 100 km rodados.	R\$ 16,35	400	4800	24000	R\$ 6.540,00	R\$ 78.480,00	R\$ 392.400,00			
52	GRUPO 14	158369	52	NATAL CENTRAL	MICRO-ÔNIBUS, DO TIPO Van (com capacidade mínima de 15 passageiros), com franquia mínima de 100 km rodados.	R\$ 7,61	800	9600	48000	R\$ 6.088,00	R\$ 73.056,00	R\$ 365.280,00	R\$ 75.046,00	R\$ 900.552,00	R\$ 4.502.760,00
53			53	NATAL CENTRAL	MICRO-ÔNIBUS (com capacidade mínima de 28 passageiros), com franquia mínima de 100 km rodados.	R\$ 13,31	1800	21600	108000	R\$ 23.958,00	R\$ 287.496,00	R\$ 1.437.480,00			
54			54	NATAL CENTRAL	ÔNIBUS URBANO/RURAL (com capacidade mínima de 44 passageiros), com franquia mínima de 100 km rodados.	R\$ 12,69	2000	24000	120000	R\$ 25.380,00	R\$ 304.560,00	R\$ 1.522.800,00			
55			55	NATAL CENTRAL	ÔNIBUS RODOVIÁRIO EXECUTIVO (com capacidade mínima de 48 passageiros), com franquia mínima de 100 km rodados.	R\$ 16,35	1200	14400	72000	R\$ 19.620,00	R\$ 235.440,00	R\$ 1.177.200,00			
56	GRUPO 15	158370	56	CAICÓ	MICRO-ÔNIBUS, DO TIPO Van (com capacidade mínima de 15 passageiros), com franquia mínima de 100 km rodados.	R\$ 7,61	967	11604	58020	R\$ 7.358,87	R\$ 88.306,44	R\$ 441.532,20	R\$ 33.544,09	R\$ 402.529,08	R\$ 2.012.645,40
57			57	CAICÓ	MICRO-ÔNIBUS (com capacidade mínima de 28 passageiros), com franquia mínima de 100 km rodados.	R\$ 13,31	592	7104	35520	R\$ 7.879,52	R\$ 94.554,24	R\$ 472.771,20			
58			58	CAICÓ	ÔNIBUS URBANO/RURAL (com capacidade mínima de 44 passageiros), com franquia mínima de 100 km rodados.	R\$ 12,69	100	1200	6000	R\$ 1.269,00	R\$ 15.228,00	R\$ 76.140,00			
59			59	CAICÓ	ÔNIBUS RODOVIÁRIO EXECUTIVO (com capacidade mínima de 48 passageiros), com franquia mínima de 100 km rodados.	R\$ 16,35	1042	12504	62520	R\$ 17.036,70	R\$ 204.440,40	R\$ 1.022.202,00			
60	GRUPO 16	158370	60	JUCURUTU	MICRO-ÔNIBUS, DO TIPO Van (com capacidade mínima de 15 passageiros), com franquia mínima de 100 km rodados.	R\$ 7,61	450	5400	27000	R\$ 3.424,50	R\$ 41.094,00	R\$ 205.470,00	R\$ 25.191,55	R\$ 302.298,60	R\$ 1.511.493,00
61			61	JUCURUTU	MICRO-ÔNIBUS (com capacidade mínima de 28 passageiros), com franquia mínima de 100 km rodados.	R\$ 13,31	533	6396	31980	R\$ 7.094,23	R\$ 85.130,76	R\$ 425.653,80			
62			62	JUCURUTU	ÔNIBUS URBANO/RURAL (com capacidade mínima de 44 passageiros), com franquia mínima de 100 km rodados.	R\$ 12,69	83	996	4980	R\$ 1.053,27	R\$ 12.639,24	R\$ 63.196,20			
63			63	JUCURUTU	ÔNIBUS RODOVIÁRIO EXECUTIVO (com capacidade mínima de 48 passageiros), com franquia mínima de 100 km rodados.	R\$ 16,35	833	9996	49980	R\$ 13.619,55	R\$ 163.434,60	R\$ 817.173,00			
64	GRUPO 17	158371	64	APODI	MICRO-ÔNIBUS, DO TIPO Van (com capacidade mínima de 15 passageiros), com franquia mínima de 100 km rodados.	R\$ 7,61	400	4800	24000	R\$ 3.044,00	R\$ 36.528,00	R\$ 182.640,00	R\$ 21.386,00	R\$ 256.632,00	R\$ 1.283.160,00
65			65	APODI	MICRO-ÔNIBUS (com capacidade mínima de 28 passageiros), com franquia mínima de 100 km rodados.	R\$ 13,31	300	3600	18000	R\$ 3.993,00	R\$ 47.916,00	R\$ 239.580,00			
66			66	APODI	ÔNIBUS URBANO/RURAL (com capacidade mínima de 44 passageiros), com franquia mínima de 100 km rodados.	R\$ 12,69	100	1200	6000	R\$ 1.269,00	R\$ 15.228,00	R\$ 76.140,00			
67			67	APODI	ÔNIBUS RODOVIÁRIO EXECUTIVO (com capacidade mínima de 48 passageiros), com franquia mínima de 100 km rodados.	R\$ 16,35	800	9600	48000	R\$ 13.080,00	R\$ 156.960,00	R\$ 784.800,00			

ITEM		UASG	NÚMERO DO ÍTEM NO SISTEMA	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	QUANTIDADE			VALOR			VALOR MENSAL DO GRUPO	VALOR ANUAL DO GRUPO	VALOR GLOBAL DO GRUPO (CINCO ANOS)
						R\$/KM	MEUSAL	ANUAL	QUINQUENAL	MENSAL	ANUAL	QUINQUENAL			
68	GRUPO 18	158372	68	SANTA CRUZ	MICRO-ÔNIBUS, DO TIPO Van (com capacidade mínima de 15 passageiros), com franquia mínima de 100 km rodados.	R\$ 7,61	500	6000	30000	R\$ 3.805,00	R\$ 45.660,00	R\$ 228.300,00	R\$ 25.505,50	R\$ 306.066,00	R\$ 1.530.330,00
69			69	SANTA CRUZ	MICRO-ÔNIBUS (com capacidade mínima de 28 passageiros), com franquia mínima de 100 km rodados.	R\$ 13,31	600	7200	36000	R\$ 7.986,00	R\$ 95.832,00	R\$ 479.160,00			
70			70	SANTA CRUZ	ÔNIBUS URBANO/RURAL (com capacidade mínima de 44 passageiros), com franquia mínima de 100 km rodados.	R\$ 12,69	50	600	3000	R\$ 634,50	R\$ 7.614,00	R\$ 38.070,00			
71			71	SANTA CRUZ	ÔNIBUS RODOVIÁRIO EXECUTIVO (com capacidade mínima de 48 passageiros), com franquia mínima de 100 km rodados.	R\$ 16,35	800	9600	48000	R\$ 13.080,00	R\$ 156.960,00	R\$ 784.800,00			
72	GRUPO 19	158373	72	JOÃO CÂMARA	MICRO-ÔNIBUS, DO TIPO Van (com capacidade mínima de 15 passageiros), com franquia mínima de 100 km rodados.	R\$ 7,61	300	3600	18000	R\$ 2.283,00	R\$ 27.396,00	R\$ 136.980,00	R\$ 21.461,50	R\$ 257.538,00	R\$ 1.287.690,00
73			73	JOÃO CÂMARA	MICRO-ÔNIBUS (com capacidade mínima de 28 passageiros), com franquia mínima de 100 km rodados.	R\$ 13,31	350	4200	21000	R\$ 4.658,50	R\$ 55.902,00	R\$ 279.510,00			
74			74	JOÃO CÂMARA	ÔNIBUS URBANO/RURAL (com capacidade mínima de 44 passageiros), com franquia mínima de 100 km rodados.	R\$ 12,69	500	6000	30000	R\$ 6.345,00	R\$ 76.140,00	R\$ 380.700,00			
75			75	JOÃO CÂMARA	ÔNIBUS RODOVIÁRIO EXECUTIVO (com capacidade mínima de 48 passageiros), com franquia mínima de 100 km rodados.	R\$ 16,35	500	6000	30000	R\$ 8.175,00	R\$ 98.100,00	R\$ 490.500,00			
76	GRUPO 20	158374	76	PAU DOS FERROS	MICRO-ÔNIBUS, DO TIPO Van (com capacidade mínima de 15 passageiros), com franquia mínima de 100 km rodados.	R\$ 7,61	600	7200	36000	R\$ 4.566,00	R\$ 54.792,00	R\$ 273.960,00	R\$ 17.882,00	R\$ 214.584,00	R\$ 1.072.920,00
77			77	PAU DOS FERROS	MICRO-ÔNIBUS (com capacidade mínima de 28 passageiros), com franquia mínima de 100 km rodados.	R\$ 13,31	400	4800	24000	R\$ 5.324,00	R\$ 63.888,00	R\$ 319.440,00			
78			78	PAU DOS FERROS	ÔNIBUS URBANO/RURAL (com capacidade mínima de 44 passageiros), com franquia mínima de 100 km rodados.	R\$ 12,69	50	600	3000	R\$ 634,50	R\$ 7.614,00	R\$ 38.070,00			
79			79	PAU DOS FERROS	ÔNIBUS RODOVIÁRIO EXECUTIVO (com capacidade mínima de 48 passageiros), com franquia mínima de 100 km rodados.	R\$ 16,35	450	5400	27000	R\$ 7.357,50	R\$ 88.290,00	R\$ 441.450,00			
80	GRUPO 21	158375	80	MACAU	MICRO-ÔNIBUS, DO TIPO Van (com capacidade mínima de 15 passageiros), com franquia mínima de 100 km rodados.	R\$ 7,61	600	7200	36000	R\$ 4.566,00	R\$ 54.792,00	R\$ 273.960,00	R\$ 23.017,00	R\$ 276.204,00	R\$ 1.381.020,00
81			81	MACAU	MICRO-ÔNIBUS (com capacidade mínima de 28 passageiros), com franquia mínima de 100 km rodados.	R\$ 13,31	200	2400	12000	R\$ 2.662,00	R\$ 31.944,00	R\$ 159.720,00			
82			82	MACAU	ÔNIBUS URBANO/RURAL (com capacidade mínima de 44 passageiros), com franquia mínima de 100 km rodados.	R\$ 12,69	600	7200	36000	R\$ 7.614,00	R\$ 91.368,00	R\$ 456.840,00			
83			83	MACAU	ÔNIBUS RODOVIÁRIO EXECUTIVO (com capacidade mínima de 48 passageiros), com franquia mínima de 100 km rodados.	R\$ 16,35	500	6000	30000	R\$ 8.175,00	R\$ 98.100,00	R\$ 490.500,00			
84	GRUPO 22	158155	84	NATAL ZONA LESTE	MICRO-ÔNIBUS, DO TIPO Van (com capacidade mínima de 15 passageiros), com franquia mínima de 100 km rodados.	R\$ 7,61	1200	14400	72000	R\$ 9.132,00	R\$ 109.584,00	R\$ 547.920,00	R\$ 14.407,60	R\$ 172.891,20	R\$ 864.456,00
85			85	NATAL ZONA LESTE	MICRO-ÔNIBUS (com capacidade mínima de 28 passageiros), com franquia mínima de 100 km rodados.	R\$ 13,31	200	2400	12000	R\$ 2.662,00	R\$ 31.944,00	R\$ 159.720,00			
86			86	NATAL ZONA LESTE	ÔNIBUS URBANO/RURAL (com capacidade mínima de 44 passageiros), com franquia mínima de 100 km rodados.	R\$ 12,69	90	1080	5400	R\$ 1.142,10	R\$ 13.705,20	R\$ 68.526,00			
87			87	NATAL ZONA LESTE	ÔNIBUS RODOVIÁRIO EXECUTIVO (com capacidade mínima de 48 passageiros), com franquia mínima de 100 km rodados.	R\$ 16,35	90	1080	5400	R\$ 1.471,50	R\$ 17.658,00	R\$ 88.290,00			
VALOR GLOBAL DO CERTAME														R\$ 6.339.080,04	R\$ 31.695.400,20

Documento Digitalizado Público

TERMO DE REFERÊNCIA - APÓS JURIDICO

Assunto: TERMO DE REFERÊNCIA - APÓS JURIDICO
Assinado por: Adriane Ferreira
Tipo do Documento: Documento Informativo
Situação: Finalizado
Nível de Acesso: Público
Tipo do Conferência: Documento Original

Documento assinado eletronicamente por:
■ **Adriane de Moraes Ferreira, ADMINISTRADOR**, em 15/05/2025 11:32:14.

Este documento foi armazenado no SUAP em 15/05/2025. Para comprovar sua integridade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifrn.edu.br/verificar-documento-externo/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 2171983
Código de Autenticação: 970a3f2655

